MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2012
Prova A4

Parte I – Prova Objetiva

1. **Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**
a) exigir ou aumentar tributo através de lei ;
b) instituir tratamento igualitário entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente;
c)cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
d) utilizar tributo com efeito de confisco

2. **O sigilo das comunicações telefônicas:**
a) é inviolável.
b) pode ser violado mediante autorização judicial, nas hipóteses previstas legalmente, em qualquer demanda judicial.
c) pode ser violado mediante autorização judicial, nas hipóteses previstas legalmente, em investigação criminal ou instrução em processo penal.
d) pode ser violado mediante autorização judicial, nas hipóteses previstas legalmente, em instrução em processo penal, ou por autorização do delegado de polícia, em inquérito policial.

3. **Não será cabível a propositura de ação popular nos casos de lesão:**
a) ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
b) à moralidade administrativa e ao patrimônio público.
c) ao consumidor e à ordem econômica.
d) ao meio ambiente e ao patrimônio público.

4. **Quanto aos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal podemos afirmar que:**
a) o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade somente é garantido aos estrangeiros residentes no Brasil;
b) é possível licença ou censura no exercício da liberdade de expressão intelectual, artística , científica e de comunicação;
c) a lei não pode estabelecer qualificações para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão;
d) é garantido o direito de propriedade, mas esta terá que atender a sua função social.

5. **O direito do indivíduo obter informações dos órgãos públicos, prescrito na Constituição Federal, é:**
a) absoluto, porque, na condição de direito fundamental, não pode ser restringido, inclusive sob estado de sítio.
b) relativo, porque só pode ser exercido para obtenção de informações de interesse pessoal.
c) absoluto, porque não sofre nenhuma ressalva expressa da Constituição da República.
d) relativo, porque não abrange as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.

6. **Segundo a constituição a soberania popular não será exercida mediante:**
a) plebiscito
b) referendo
c) lei de iniciativa popular
d) filiação partidária.

7. Os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público:
a) pelo voto da maioria absoluta dos membros do órgão fracionário que estiver apreciando a demanda judicial.
b) pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.
c) pelo voto de dois terços de seus membros.
d) pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial.

8. **Cinco amigos, moradores de uma favela, decidem criar uma associação para lutar por melhorias nas condições de saneamento básico do local. Um político da região, sabendo da iniciativa, informa-lhes que, para tanto, será necessário obter, junto à Prefeitura, uma autorização para sua criação e funcionamento. Nesta hipótese,**
a) os cinco amigos não conseguirão criar a associação, pois a Constituição Federal exige um número mínimo de dez integrantes para essa iniciativa.
b) a informação que receberam está errada, pois a Constituição Federal assegura a liberdade de associação para fins lícitos.
c)após a criação da associação, os moradores da favela serão obrigados a se associarem.
d) o estatuto da associação poderá prever atividades paramilitares, caso essa medida seja necessária para a proteção de seus integrantes.

9. **A República Federativa do Brasil não tem como fundamento:**
a) a soberania
b) a cidadania
c) o pluralismo político
d) o direito de herança

10. **Segundo a Constituição são direitos sociais e direitos que devem ser atendidos pelo salário mínimo:**

a) alimentação, vestuário e moradia;
b) trabalho, alimentação e educação;
c) educação, saúde, alimentação
d) segurança, previdência social, lazer.

11. **Não são direitos do preso:**
a) Direito à igualdade.
b) Direito à liberdade de pensamento e convicção religiosa.
c) Direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra abuso de poder.
d) Direitos políticos enquanto durarem os efeitos da condenação transitada em julgado.

12. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) só o autor da infração penal pode ser apenado, mas a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores, até o limite do valor transferido.
b) no ordenamento jurídico brasileiro, o Presidente da República não pode editar medidas provisórias para definir crimes nem em situações de urgência.
c) uma lei penal mais favorável ao réu pode retroagir.
d) a aplicação do Princípio da Insignificância, embora implique a não imposição de pena, não torna a ação ou omissão atípicas.

13. **O Supremo Tribunal Federal decidiu que os crimes previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 (condutas de sonegação fiscal) são crimes materiais. Isso significa que:**
a) é preciso aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal em que seja constatada a efetiva redução ou supressão do tributo para ajuizar a ação penal por crime de sonegação fiscal.
b) não é preciso aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal pois basta que haja ocorrido a conduta da sonegação fiscal independentemente do supressão efetiva de tributos;
c) o autor do crime terá a pena aumentada em 1/3 a 2/3.
d) não pode haver mais punição pois a lei foi revogada.

14. **Relativamente aos princípios de direito penal, assinale a afirmativa incorreta.**
a) Não há crime sem lei anterior que o defina.
b) Não há pena sem prévia cominação legal.
c) Crimes hediondos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei penal.
d) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.

15. **Não é uma das condições necessárias dentre aquelas estabelecidas pelo Código Penal para aplicação da lei brasileira, ao crime cometido no estrangeiro praticado por brasileiro:**
a) entrar o agente no território nacional no prazo máximo de dois anos após o crime.
b) ser o fato punível também no país onde foi praticado.
c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.
d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro.

16. **As afirmativas fazem menção ao instituto do concurso de pessoas no direito penal. Assinale a correta.**
a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas. No entanto, o julgador poderá isentar de pena um dos concorrentes se entender que sua participação foi de menor importância.
b) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
c) De acordo com o código penal pátrio, o ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio serão sempre impuníveis se o crime não chegar, pelo menos, a ser tentado.
d) Não se comunicam entre os concorrentes as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que tais circunstâncias e condições sejam reconhecidas como elementares do crime.

17. **Um fato criminoso praticado no interior de uma embarcação privada brasileira que esteja em alto-mar, fora das águas territoriais de qualquer país, está sujeito à aplicação da seguinte lei penal:**
a) brasileira.
b) do país de onde a embarcação tiver partido.
c) do país para onde a embarcação estiver se dirigindo.
d) do país mais próximo de onde estiver a embarcação.

18. **Quanto ao concurso aparente de normas é correto afirmar que:**
a) ocorre quando, mediante uma ação, o agente comete dois ou mais delitos.
b) ocorre quando duas ou mais leis podem ser aplicadas ao mesmo fato, devendo o agente responder pelos tipos nestas indicadas.
c) ocorre quando várias leis são aparentemente aplicáveis ao mesmo fato, mas, na realidade, apenas uma tem incidência.
d) resolve-se pelos critérios da subsidiariedade, da consunção e da generalidade.

19. **Assinale a assertiva incorreta sobre a prescrição penal:**
a) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo total da pena aplicada na sentença condenatória.
b) A prescrição nos crimes de bigamia e nos de falsificação de registro civil começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.
c) A prescrição da ação penal regula-se pela

pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.
d) São exemplos de causas interruptivas da prescrição: a decisão confirmatória da pronúncia, o início ou continuação do cumprimento da pena e a reincidência.

20. **Com relação às excludentes de ilicitude, analise as afirmativas abaixo e marque a incorreta:**
a) O agente que pratica o fato em legítima defesa responderá pelo excesso doloso ou culposo.
b) A coação moral resistível não manifestamente ilegal de superior hierárquico só enseja punição do autor da coação.
c) Não pode alegar o estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
d) Não se configura estado de necessidade quando o sacrifício do direito ameaçado seja razoável, mas a pena pode ser reduzida de 1 a 2/3.

21. **Sobre domicílio civil, é INCORRETO afirmar que**
a) a pessoa natural, que não tenha residência habitual, é considerada domiciliada no lugar onde for encontrada.
b) é vedado a qualquer pessoa jurídica de direito privado eleger domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
c) é permitido aos contratantes especificar, nos contratos escritos, domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
d) a pessoa natural também é domiciliada, quanto às relações concernentes à profissão, no lugar onde esta é exercida.

22. **A condição, o termo e o encargo são considerados elementos acidentais, facultativos ou acessórios do negócio jurídico, e têm o condão de modificar as consequências naturais deles esperadas. A esse respeito, é correto afirmar que**
a) se considera condição a cláusula que, derivando da vontade das partes ou de terceiros, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
b) se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, não vigorará o negócio jurídico, não se podendo exercer desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
c) o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e, salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
d) se considera inexistentes as condições impossível, quando resolutivas e as de não fazer coisa impossível.

23. **A respeito da prescrição e da decadência:**
a) ambas não correm contra os absolutamente incapazes.
b) a prescrição não corre contra os absolutamente incapazes; já, a decadência, corre.
c) aplica-se em relação decadência as mesmas causas de interrupção, suspensão e impedimento da prescrição.
d) a prescrição civil, com origem em conduta violadora de direito, tipificada como crime, é totalmente independente da solução pelo juízo criminal.

24. **Em relação aos bens públicos:**
a) são inalienáveis em todas as suas espécies.
b) são classificados em bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.
c) são suscetíveis de aquisição por usucapião.
d) são classificados em bens de uso comum do povo,de uso especial, terras devolutas e terrenos de marinha.

25. **A respeito da personalidade civil:**
a) para a sua aquisição basta o nascimento com vida.
b) tem início desde a concepção, motivo pelo qual a lei põe a salvo os direitos do nascituro.
c) o anencéfalo nascido com vida não adquire personalidade civil.
d) o natimorto adquire personalidade civil.

26**. Assinale a alternativa incorreta:**
a) A desistência da ação se confunde com a renúncia ao direito sobre que se funda a ação, produzindo coisa julgada material.
b) Suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
c) Após a citação, não pode o autor modificar o pedido ou causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
d) A citação válida torna prevento o Juízo e induz litispendência.

27. **Sobre as nulidades dos atos processuais é correto afirmar:**
a) As nulidades só atingem as citações e intimações, quando feitas sem observância das presunções legais, porque todos os demais atos processuais não exigem forma especial.
b) Os atos e termos processuais dependem sempre de forma determinada reputando-se inválidos os que forem realizados de outro modo, porque não pode ser ferido o princípio do devido processo legal.
c) As nulidades nunca podem ser pronunciadas de ofício, dependendo sempre de iniciativa da parte.
d) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

28. **Assinale a alternativa correta:**

a) A competência dos juizados especiais federais, onde houver, é absoluta .
b) Aos juízes federais compete, exclusivamente, processar e julgar as ações civis públicas.
c) Nas comarcas onde não haja sede de Vara da Justiça Federal, as ações em que o INSS seja parte devem ser remetidas às Comarcas mais próximas para processamento e julgamento nas respectivas Varas da Justiça Federal.
d) A competência em razão da matéria e hierarquia é derrogável por convenção das partes.

29. **Aponte a alternativa correta no que se refere aos princípios inerentes à jurisdição:**
a) Segundo o Princípio da Investidura, só poderá exercer a função jurisdicional aquele que for investido de tal função por meio de concurso público.
b) A garantia fundamental do juiz natural resulta da conjugação de dois dispositivos constitucionais: o que proíbe a criação de juízos ou tribunais de exceção e o que determina que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
c) Em razão do princípio do juiz natural, se admite no ordenamento jurídico brasileiro a avocação de processos.
d) A delegação de atos jurisdicionais não-decisórios e administrativos ofende o Princípio da Indelegabilidade da jurisdição.

30. **Denomina-se coisa julgada material a eficácia**
a) das decisões judiciais proferidas por Juiz competente a partir da sua publicação.
b) que torna imutável qualquer provimento jurisdicional.
c) de que se reveste a sentença não mais sujeita a ação rescisória.
d) que torna imutável e indiscutível a sentença de mérito, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

31. **São princípios institucionais do Ministério Público:**
a) unidade e independência funcional;
b) independência funcional e inércia;
c) indivisibilidade e vitaliciedade;
d) unidade e autonomia financeira.

32. **São garantias dos membros do Ministério Público:**
a) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio.
b) inamovibilidade, jurisdicionalidade, redutibilidade de subsídio.
c) irredutibilidade de subsídio, inamovibilidade, legalidade.
d) vitaliciedade, inamovibilidade, jurisdicionalidade.

33. **Não é função institucional do Ministério Público**
a) Exercer o controle externo da atividade policial.
b) Promover o inquérito civil e a ação civil pública.
c) Representar judicialmente a União Federal.
d) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

34. **É correto afirmar que o Ministério Público**
a) não pode atuar num mesmo processo como parte e como fiscal da lei.
b) deve estar presente como fiscal da lei em todos os processos em que o Estado estiver presente na relação processual.
c) pode recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, mesmo que não haja recurso da parte.
d) só pode juntar documentos e certidões quando estiver atuando como parte, não podendo fazê-lo como fiscal da lei.

35. **Não cabe ao Ministério Público, nos termos da Constituição da República de 1988:**
a) a defesa da ordem jurídica.
b) a defesa do regime democrático.
c) defesa dos interesses privados.
d) a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

PROVA A4

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01				■		D	19	■					A
02			■			C	20		■				B
03			■			C	21		■				B
04				■		D	22				■		D
05				■		D	23	■					A
06				■		D	24		■				B
07		■				B	25	■					A
08		■				B	26	■					A
09				■		D	27				■		D
10			■			C	28	■					A
11				■		D	29		■				B
12				■		D	30				■		D
13	■					A	31	■					A
14			■			C	32	■					A
15	■					A	33			■			C
16		■				B	34			■			C
17	■					A	35			■			C
18			■			C							